

**O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS NA DÉCADA DE  
1990 EM GOIÁS: ENCONTROS E DESENCONTROS**

Adriana Mata Siqueira

Acadêmica do Curso de História na UEG Itapuranga e integrante dos Movimentos sociais campesinos no Brasil e México frente ao processo neoliberal – 1990-2010.

[adriannadamata@hotmail.com](mailto:adriannadamata@hotmail.com)

Josiane Rodrigues Coelho Silva

Acadêmica do Curso de História na UEG Itapuranga e integrante dos Movimentos sociais campesinos no Brasil e México frente ao processo neoliberal – 1990-2010.

[josiane.coelho@hotmail.com](mailto:josiane.coelho@hotmail.com)

Valtuir Moreira da Silva

Professor do Curso de História da UEG Itapuranga e Coordenador do Projeto Movimentos sociais campesinos no Brasil e México frente ao processo neoliberal – 1990-2010.

[valtuir2@hotmail.com](mailto:valtuir2@hotmail.com)

**RESUMO:** Neste artigo são abordados alguns desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais, como as grandes lutas encontradas ao longo dos movimentos sindicais, a busca incansável pelo direito de um pedaço e posse da terra, as tentativas do governo em tentar acabar com as manifestações e as possíveis soluções propostas pelos governantes, a resistência dos posseiros em muitas regiões como nos estados de Goiás e Amazonas, as relações sociais no meio rural brasileiro, a relação entre a Igreja e o Estado, a fragilidade de muitos agricultores e a criação dos sindicatos. Pretende-se analisar estas experiências e compreender o caminho percorrido pelo movimento sindical em Goiás.

**Palavras-chave:** movimento sindical, lutas, direito.

**ABSTRACT:** In the article are to del with some challenge is facing of the hard-working rural, with big fights is finds along union movement, the search tireless piece of earth, the attempt of government in try it finish with demonstration and possible solutions proposal in the governing, the resistance possession in very regions as state of Goias an Amazonas, the social relation in the half rural brazilin, the relation between church and state, the fragile of farmer and creation union. Intend analyze that experience understand the way it was traveled around union movement in Goias.

**Keyword:** union movement, fights, fair.

Os Movimentos sociais, no campo e na cidade associados aos sindicatos e partidos fragmentados estão politicamente enfraquecidos, pois o regime político tenta

impor as diferentes classes sociais fora do poder. Como nos lembra Martins (1994), o problema da reforma agrária é social e político, não como muitos pensam “dar terras aos camponeses”, ou seja, uma simples redistribuição aqui e ali. O problema da reforma teve início com uma única afirmação feita por Tancredo, de que iria aplicar o Estatuto da Terra, tendo como objetivo promover a expansão da agricultura empresarial. Mas muitos dos títulos distribuídos de terra eram apenas licenças de ocupação para trabalhadores que já estavam na terra, ou que regularizam trabalhadores antigos.

Portanto, segundo Martins, Estatuto da Terra foi feito para reprimir as lutas pelas terras, legalizar e demarcar as terras dos índios e pobres, assim como as dos grandes proprietários e empresas. Mas a pressão dos trabalhadores acaba levando o governo a aplicar os dispositivos ali contidos para promover desapropriação por interesse social.

A Igreja se comprometeu de uma maneira muito intensa com a luta pela terra dos trabalhadores assumindo, ao mesmo tempo um conflito com o Estado. Pois ela começa a trabalhar o problema na perspectiva da distribuição, denuncia um processo de desumanização do homem enquanto o Estado está defendendo a propriedade capitalista. Análises Economistas têm sustentado que o crescimento das lutas pela terra, as lutas sociais contra a expropriação territorial dos posseiros e povos indígenas são resultados de impossibilidades de encontrar espaços livres para expansão da agricultura. As populações camponesas e indígenas confinados no espaço constituídos pela produção mercantil passam a ser expulsos e deslocados pelos empresários.

Nos últimos anos, a Igreja tem estado presente de forma significativa. Nota-se dois grandes momentos na relação entre a Igreja e o Estado, a propósito da questão agrária: há um primeiro momento de apoio da Igreja ao Estado, de coincidência de concepções e de posições, e o segundo momento, que vem até agora, é de conflito cada vez mais agudo, de dificuldades e de tensões muito graves, tendo como centro o problema da terra, suas variações e consequências. Incluindo também a questão indígena.

Segundo Pessoa, a Igreja de Goiás entre os principais agentes leigos da paróquia de Ceres, era a convicção de que a crença prepassada de geração a geração iria permanecer nas comunidades com resultados cada vez, mas positivo em sua caminhada na propagação do evangelho, através de testemunhos dos fieis, e o que eles não queriam era a prática de política em suas reuniões. De acordo com nosso autor:

Foram 20 anos de lutas, alegrias e tristezas, frustrações e Vitórias. Hoje, na Igreja de Ceres, mesmo com algumas divergências e desafios, aqueles que estão engajados e se Adaptaram com a renovação sentem-se mais apoio dos Ministros da Igreja para viverem sua religião com voz e vez. (p. 162).

O camponês brasileiro desde o século XIX, já era tratado como excluído, ou seja, estava fora do processo social, e ainda é considerado estorvo ao desenvolvimento do país. Só aparecia valorizada como personagem folclórico, exterior a realidade dominante a margem da História. Quando se pensa no camponês em luta, ele não aparecida como agente ativo de construção e desenvolvimento da sociedade capitalista, mas como agente de destruição.

As relações sociais no meio rural brasileiro quase sempre são violentas, pois não envolve apenas o problema da terra. A violência vem crescendo em decorrência justamente da recusa dos trabalhadores rurais em aceitar formas antigas de dominação pessoal representada pela falta de direitos políticos e sociais. Existe uma “[...] fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo.” (LAMARCHE, 1997, p.179). A fragilidade dos agricultores “dependentes” manifesta-se pela expulsão pura e simples de seus ocupantes, onde o proprietário restabelece a exploração das culturas que abandonara.

De acordo com Martins, a história do Brasil e a história das classes dominantes, de senhores e generais não se trata de história de trabalhadores rebeldes. Os próprios partidos políticos principalmente o da esquerda a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria. Os camponeses rebelaram-se de vários modos contra seus opressores quebrando velhas cadeias, de que os ricos “poderosos” é quem manda, e o pobre obedece, levando os grandes latifundiários aos tribunais para exigir reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização. Organizando-se em ligas sindicais exigindo do Estado, uma política de reforma agrária. Segundo Martins:

As lutas dos trabalhadores rurais tocam no fundo do problema. A resistência dos posseiros de muitas regiões, os acampamentos dos sem-terra, as ocupações de terras ociosas, representam o questionamento do poder dos grandes proprietários, o desafio à lei obsoleta e injusta... depende de transformações na lei, que por sua vez depende de transformações políticas. Por isso, as lutas no campo são lutas políticas, ferem a estrutura de poder. [...]. (MARTINS, 1986, p17).

A reforma agrária vem-se arrastando em meio a obstáculos de circo, ou seja, é sabotada por seus próprios promotores, onde muitos alegam que o governo não tem condições de realizá-la na escala e profundidade em que é exigida e proposta pelos trabalhadores rurais.

Desta maneira Pessoa diz que, nos anos 20 e 30, Goiás atraía um grande fluxo migratório, especialmente pelas suas terras férteis e pelas riquezas florestais da micro-região do Mato Grosso de Goiás (Ceres). Há relatos de que Ceres foi a primeira colônia da região, e está ligada com a abertura da entrada de Anápolis e não existia nem uma infra-estrutura, o jeito era atravessar o rio das Almas de canoa. A história oral foi de grande importância para a compreensão dos fatos das lutas camponesas, tanto no estado de Goiás como no Brasil. É extremamente útil, e como nos lembra Ferreira, preencher as lacunas da história, para compensar falta de documentação. Mas há, porém, um grande risco de preenchê-las de modo falso.

Segundo Pessoa, com a implantação da colônia de Ceres, sua história foi dividida em duas fases, a primeira do desbravamento, que relata a chegada do engenheiro-agrônomo Bernardo Sayao, de como era a mata, da ‘atravessia’, do rio das Almas a nado ou de canoa, e nos primeiros anos da administração de Sayao. A segunda fase foi a organização, onde ele administrava e controlava rigorosamente sua colônia nos primeiros anos. Entre as normas adotadas era não permitir a entrada de prostitutas e quando aparecia ficava do outro lado do rio, bebidas alcoólicas eram terminantemente proibidas. Para se obter um ingresso de lote rural, o critério básico exigido pelo Sayao, era a certidão de casamento, as pessoas com melhor poder financeiro preferiam a margem direita do rio, pois o lote era maior e mais barato, se sentiam mais livres.

Há relatos sobre a administração de Sayao citada por Pessoa:

Dr. Sayao impôs um regulamento de não construir barraco no lote. Tinha que ser casa na planta. Lá do outro lado podia. Então Dr. Sayao vinha cortar cabelo e eu falava para ele: “Esse negocio ta errado”. Rico não é que mora na cidade não. Rico só vem quando tem meio dele explorar pra aumentar o dinheiro dele. Mas pra ele empregar o dinheiro dele assim no chão bruto é difícil. O Sr. Deve mudar isso ai. Deixa construir um barraco no fundo e com o tempo a pessoa vai ganhando dinheiro, depois constrói a casa na frente. O Sr. não vê que ta aumentando de lá pra cá ta ficando pra trás, parado? Fui falando umas tantas vezes ate que ele mudou. (PESSOA, 1999, p.44).

Na medida em que os colonos foram se locomovendo seja de canoa e depois sobre a ponte de tambores, a transformação aos poucos era visível da mata tosca e fértil, dando origem ao trabalho e poder. Os camponeses não eram mais reconhecidos como pobres. Antigos meeiros, parceiros e arrendatários que foram desmatando e plantando, estabelecendo uma parceria entre colonos e proprietários.

Com base nos estudos sobre o sindicalismo rural no Brasil e no estado de Goiás, os movimentos sociais de luta pela terra ganharam força, a partir de 1960, quando o partido do PCB foi perdendo influencia, entre católicos e os comunistas. Esses movimentos no campo vem se constituindo desde a chegada dos colonizadores portugueses, gerando conflitos e rebeliões, então, a luta dos trabalhadores (as) rurais brasileiros pela posse e direito da terra tem como objetivo garantir melhores condições de trabalho e de vida. Mas infelizmente durante todos esses manifestos houve intervenções e repressões por parte do governo, pois eles não eram vistos com bons olhos pelos políticos.

Os primeiros movimentos que surgiram, por exemplo, no estado Amazonas, foi em prol da luta pela terra. Enquanto estava apenas concentrado nessa região do Brasil, não era motivo de tantas preocupações políticas, mas, na medida em que ganhava força em todo território brasileiro, começou a haver descontentamento por parte dos grandes latifundiários e dos governantes. Com o cessar dos conflitos mundiais e a expansão dos movimentos sociais no país, surgiu a Marcha para o Oeste, durante o governo de Getúlio Vargas, que não foi nada mais que uma jogada política. Desta forma as terras do centro-oeste (Goiás, Mato Grosso) que eram férteis para a agricultura estavam propícias a invasão dos trabalhadores rurais.

Quando a política brasileira acelerou, por volta dos anos 70, houve um congresso dos trabalhadores industriais conhecidos “sindicalistas autênticos”, entre eles estava o ex-presidente Lula, que lutava por melhorias nas fabricas de metalúrgica de São Bernardo. Já na década de 80, houve um movimento social mais persistente, amplo e ativo, mas com grandes dificuldades por causa das greves, com isso teria nascido um novo sindicalismo no Brasil, sendo o marco inicial no ano de 1978 com o ressurgimento do movimento sindical.

O primeiro grande evento que uniu os sindicatos e federações de trabalhadores, apesar das divergências entre as forças militantes do sindicalismo brasileiro, aconteceu em 1981 e recebeu o nome de CONCLAT – Conferencia Nacional de Classe Trabalhadora. A reorganização do sindicalismo foi rápida, onde os sindicalistas passaram a participar da vida

política e econômica do país, com um trabalho organizado mas sempre na luta trabalhista, e num curto espaço de tempo os sindicalistas aproximaram da Igreja e dos políticos populares, dessa união nasceu o PT ( Partido dos Trabalhadores ) e a CUT ( Central Única dos Trabalhadores ).

Nas últimas décadas a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Ocupar latifúndios tem sido a principal ação da luta, ou seja, por meio das ocupações, os sem-terra espacializam seus objetivos, conquistando-a e territorializando. Sendo então, um dos principais elementos da questão agrária, pois acaba impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais. Assim, através da ocupação os trabalhadores se ressocializam, buscando amparo através do FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, criado nos anos 70), lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na *produção capitalista das relações não capitalistas de produção*. (Martins, 1981).

Os expropriados utilizam-se da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Mas, evidentemente existe a exploração familiar, que também tem passado por transformações nestas últimas décadas, principalmente na modernização agrícola, onde a pequena produção é excluída desse processo. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de posse da terra, desenvolvem um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo seus métodos de luta popular, como os trajetos e resistências.

Durante esse processo procuram negociar com o Estado o assentamento das famílias. Promessas e compromissos que na maior parte das vezes não se realizam são sempre as respostas que os sem-terra obtêm. Desde o início da luta recebem o apoio de diferentes instituições que formam uma articulação política. As instituições envolvidas defendem a ocupação como forma de acesso à terra. Nos vinte anos da formação do MST, recebem ou tem recebido apoio da Comissão Pastoral da Terra, – CPT, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre outros.

Podem-se perceber dois tipos de organização das famílias, os movimentos isolados (são aqueles que se organizam em um município, para efetivar uma ocupação, recebem apoios de uma ou mais paróquias, de sindicatos, de partidos etc.) e os movimentos territorializados (são construídos pelos trabalhadores, está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, que permite espacializar a luta para conquistar novos territórios, multiplicando-se. Um bom exemplo é o MST.).

Na década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais e conseqüentemente do desemprego estrutural, as ocupações de terra se intensificaram. Assim, a luta pela terra cresceu e dela começaram a participar também os trabalhadores urbanos desempregados. São, em grande parte, famílias que nas décadas passadas foram expulsas da terra e que agora sem perspectivas de trabalho na cidade, procuram nos assentamentos rurais as condições dignas de vida. A história do campesinato brasileiro apresenta, desde sua origem, um caráter regional marcante. Podendo afirmar, de maneira geral, que a agricultura camponesa teve origem no Brasil, entre precariedade jurídica, econômica e social.

### **Referências**

BOITO, Armando, Jr. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

LAMARCHE, Hugues (coord). *A agricultura familiar*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (coords). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova república"*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4º ed. São Paulo: Vozes 1990.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Editora Alínea, 1999.